

PMDB e Governo disputam direção da Câmara e Senado

CORREIO BRAZILENSE

Um ano e meio antes da revisão constitucional, Governo e PMDB já iniciaram uma disputa de bastidores pelos cargos de presidente do Senado e da Câmara no próximo ano — uma forma de ampliar sua influência sobre as mudanças que serão feitas na Constituição. Por trás da criação, da formalização e até da implosão de blocos que marcaram as primeiras semanas de trabalho do Congresso, estão articulações do PFL para tirar do PMDB as presidências das duas Casas, tradicionalmente ocupadas pelas maiores bancadas. Os peemedebistas, por sua vez, reagem de diversas maneiras. Dos dois lados já existem candidatos.

No Senado, o bloco governista de 38 senadores, integrado por PFL, PRN, PTB, PDC e PDS, liderado pelo senador Marco Maciel, trava uma queda de braço com o líder do PMDB, Humberto Lucena, que ameaça compor um bloco majoritário de 43 senadores com os demais partidos opositores caso o do Governo seja formalizado. Lucena afirma que o bloco pode ser criado a qualquer momento. Maciel duvida. Coincidência ou não, ambos são apontados como prováveis candidatos à presidência do Senado no ano que vem, pelo prestígio de que desfrutam.

“Não sei se o nosso bloco será criado, mas certamente o deles não será. Não acredito que a Oposição consiga fazer um bloco monolítico”, afirma Marco Maciel.

Para as votações deste ano, o Executivo não precisa oficializar o seu bloco, que pode funcionar informalmente. Só que, sem formalização, a presidência do Senado continua cabendo ao PMDB no biênio 93-94. E esse será talvez o principal lugar durante a revisão constitucional, pois o presidente do Senado é, automaticamente, o presidente do Congresso. Ao contrário do que ocorreu na Constituinte, não haverá uma assembléia unicameral e o Senado e a Câmara continuarão a trabalhar separadamente.

Além de Maciel e Lucena, aparecem também como prováveis candidatos à presidência do Senado nomes como o do ex-presi-

dente José Sarney, que é do PMDB, e dos senadores Guilherme Palmeira e Alexandre Costa, do PFL. Mesmo lembrado, Sarney avisou, porém, que não pretende entrar em disputa.

Jogo pesado — Na Câmara, a situação é parecida. Nos últimos dias, diversos governistas começaram a desconfiar que o atual presidente, Ibsen Pinheiro, tenha feito uma jogada maquiavélica para não passar ao Governo o cargo em 1993.

Segundo esses parlamentares, ao dar um despacho registrando o chamado **Bloquinho**, PDS-PTB-PDC-PL, quando este já estava praticamente extinto, Ibsen teria inviabilizado juridicamente a possibilidade de qualquer desses partidos integrar, até o início dos trabalhos do próximo ano, outro bloco, conforme prevê o regimento. Nenhum deles poderia, por exemplo, entrar no bloco PFL-PRN para assegurar-lhe a condição de maior bancada caso PMDB se juntasse a outro partido de oposição para tentar manter a presidência.

“Com muita sutileza, o Ibsen enganou o Fiúza direitinho”, afirma o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), um dos que identificaram a manobra, negada pelos assessores de Ibsen.

Enquanto correm as articulações, já há também nomes de futuros candidatos dos dois lados. Ex-presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara, o deputado Ulysses Guimarães tem seu nome lembrado por um movimento suprapartidário para presidir a Câmara na revisão constitucional. No PFL, porém, o deputado Inocêncio de Oliveira vem fazendo campanha há mais de um ano para o cargo e parece mais disposto do que nunca depois da ida do ex-líder Ricardo Fiúza — um outro candidato em potencial — para o Ministério da Ação Social.

Projeto — O senador Odacir Soares (PFL-RO) quer mais controle sobre os gastos nas campanhas eleitorais e apresentou projeto de lei que estabelece um prazo de até dez dias antes do período legal da campanha para que os partidos encaminhem os orçamentos à Justiça Eleitoral.